

77 milhões de pessoas seriam abastecidas com água perdida no Brasil, enquanto o país segue longe da meta de eficiência

- *Esse volume perdido corresponde a mais de duas vezes o total de brasileiros sem acesso ao abastecimento de água (cerca de 33 milhões de pessoas) e a mais de um quarto da população do país em 2024;*
- *Reduzir as perdas totais dos atuais 39,53% para 25% economizaria 2,8 bilhões de m³ de água por ano, volume capaz de abastecer 17,2 milhões de brasileiros que vivem em comunidades vulneráveis por dois anos;*
- *O volume total de água referente às perdas físicas em 2024 (cerca de 4,4 bilhões de m³) é equivalente a 4,8 mil piscinas olímpicas de água desperdiçadas diariamente ou ao conteúdo de 16,2 milhões de caixas d'água para uma família de cinco pessoas desperdiçadas por dia;*
- *12 dos 100 municípios mais populosos do Brasil atendem às metas de 25% em perdas na distribuição e 216 L/ligação/dia em perdas por ligação, entre eles as capitais Goiânia (GO), Teresina (PI) e Campo Grande (MS);*
- *Redução de perdas de água de 39,53% para 25% resultaria em ganhos de R\$ 47,3 bilhões até 2033;*
- *A eficiência no controle é uma medida de adaptação climática que aumenta a disponibilidade hídrica e reduz a pressão sobre os mananciais;*

JUNHO DE 2026 – O Instituto Trata Brasil (ITB), em parceria com a consultoria GO Associados, publica o “*Estudo de Perdas de Água 2026 (SINISA, 2024): Desafios na Eficiência do Saneamento Básico no Brasil*”, que traz o panorama do problema ambiental, econômico e social da ineficiência no controle de perdas de água em nosso país.

Em meio ao agravamento das mudanças climáticas e cerca de 33 milhões de habitantes sem acesso à água potável, o país desperdiça 39,53% da água tratada antes mesmo que ela chegue às torneiras das famílias. O estudo aponta que o volume de perdas físicas em 2024 (cerca de 4,4 bilhões de m³) equivale a 4,8 mil piscinas olímpicas desperdiçadas por dia. Para ter uma ideia do que isso representa, esse mesmo volume corresponde a 16,2 milhões de caixas d'água para uma família de cinco pessoas por dia ou a 4,5 vezes o volume do Sistema Cantareira ao longo de um ano.

O levantamento foi elaborado a partir de dados públicos do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA, ano-base 2024) e compreende uma análise do Brasil, de suas cinco

macrorregiões, das 27 Unidades da Federação e dos 100 municípios mais populosos do país (incluindo as capitais dos estados), que figuraram no Ranking do Saneamento de 2026.

O QUE É PERDA DE ÁGUA?

No processo de abastecimento de água, podem ocorrer perdas por vários motivos, como vazamentos, erros de medição e consumos não autorizados. Esses desperdícios trazem impactos negativos ao meio ambiente, à receita e aos custos de produção das empresas, o que deixa mais caro o sistema como um todo, prejudicando, em última instância, todos os usuários.

Quadro 1 - Características dos Indicadores Analisados

Nome do Indicador	Sigla	Objetivo	Vantagens	Limitações
Perdas totais de água na distribuição	IAG2013	Avaliar o volume de água perdido em relação ao total de água disponibilizada no sistema de distribuição, em termos percentuais.	• Permite avaliar a eficiência global do sistema de abastecimento. • Facilita comparações agregadas entre municípios, estados e países. • Constitui indicador amplamente utilizado em referenciais regulatórios e internacionais.	• Engloba conjuntamente perdas aparentes (comerciais) e reais (físicas), impossibilitando sua distinção direta. • Diferenças na contabilização do consumo autorizado não faturado podem comprometer a comparabilidade entre prestadores. • Baixos níveis de macromedicação e micromedicação podem distorcer o indicador.
Perdas totais de água por ligação	IAG2015	Avaliar o volume médio diário de água perdido por ligação ativa, em litros/dia/ligação.	• Permite mensurar a intensidade volumétrica das perdas nos sistemas de abastecimento. • Reduz parcialmente distorções decorrentes do porte populacional dos municípios. • Facilita a análise operacional da eficiência das redes de distribuição.	• Também engloba conjuntamente perdas aparentes e reais. • Pode ser influenciado por características urbanas e demográficas, como verticalização, densidade populacional e consumo médio por habitante. • Diferenças na contabilização do consumo autorizado não faturado podem prejudicar comparações diretas entre municípios e prestadores.

Elaboração: GO Associados

Então o ideal seria termos zero de perdas de água? Apesar da resposta ser sim, de acordo com a literatura sobre o tema, não ter perdas no sistema é algo inviável por limites econômicos (em determinado ponto, o custo fica superior ao do volume recuperado) e limites técnicos (existe um volume mínimo de perdas dadas as tecnologias atuais de materiais, ferramentas e logística).

No Brasil, o Ministério das Cidades editou a Portaria MCID nº 788, de 1º de agosto de 2024 (Portaria 788/2024), revogando e substituindo a Portaria nº 490, de 22 de março de 2021 (Portaria 490/2021), anteriormente editada pelo então Ministério do Desenvolvimento Regional. A Portaria 788/2024 passou a estabelecer metas para os indicadores de perdas na distribuição e perdas por ligação. Segundo o normativo, os municípios beneficiados por recursos públicos federais ou financiamentos com recursos da União deverão apresentar indicadores iguais ou inferiores a:

- I. 35% e 303,0 L/ligação/dia até 2025;
- II. 30% e 263,0 L/ligação/dia entre 2026 e 2032;
- III. 25% e 216,0 L/ligação/dia a partir de 2033.

IMPACTO DAS PERDAS DE ÁGUA NO BRASIL

Para entender o impacto do controle de perdas, considerando-se somente as perdas físicas (como, por exemplo, os vazamentos), **o volume (cerca de 4,4 bilhões de m³) seria suficiente para abastecer aproximadamente 77 milhões de brasileiros em um ano.** Esta quantidade não somente equivale a mais de um quarto da população do país em 2024, como também corresponde a mais de duas vezes o número de habitantes sem acesso ao abastecimento de água nesse ano, cuja grandeza situa-se em torno de 33 milhões.

Além disso, com esse mesmo volume, **seria possível abastecer os 17,2 milhões de brasileiros que vivem em comunidades vulneráveis por dois anos.** Ao meio ambiente, a redução dessas perdas implicaria a disponibilidade de mais recurso hídrico para a população sem a necessidade de captação de água em novos mananciais.

Com o cenário de mudanças climáticas, os desafios para a disponibilidade hídrica nos mananciais se tornam cada vez mais evidentes. As perdas reais afetam diretamente os custos de produção e a demanda por água. Neste sentido, um elevado nível destas perdas equivale a uma captação e a uma produção superiores ao volume efetivamente demandado, gerando as seguintes ineficiências:

Quadro 2 – Impactos na produção de água e no meio ambiente das perdas de água

Desequilíbrios na produção de água	Desequilíbrios ambientais
• Maior custo dos insumos químicos, energia para bombeamento, entre outros fatores de produção • Maior custo de manutenção da rede e de equipamentos • Uso excessivo da capacidade de produção e de distribuição existente	• Pressão excessiva sobre as fontes de abastecimento do recurso hídrico, uma vez que se capta mais água do que efetivamente chega à população • Maior custo posterior para mitigação dos impactos negativos dessa atividade (externalidades)

- Maior custo oriundo da possível utilização de fontes de abastecimento alternativas de menor qualidade ou de difícil acesso

Fonte: Instituto Trata Brasil

BENEFÍCIOS SOCIAIS COM A REDUÇÃO DE PERDAS

O Quadro 3 a seguir aponta as principais estatísticas descritivas a partir da redução de perdas, desagregadas por estado. Ao se admitir não uma eliminação total das perdas, mas **uma redução dos atuais 39,5% aos 25% previstos pela Portaria 788/2024, o volume economizado seria da ordem de 2,8 bilhão de m³. Isso equivale ao consumo médio de aproximadamente 48 milhões de brasileiros em um ano.**

Quadro 3 - Benefícios sociais da redução de perdas por estado em 2024

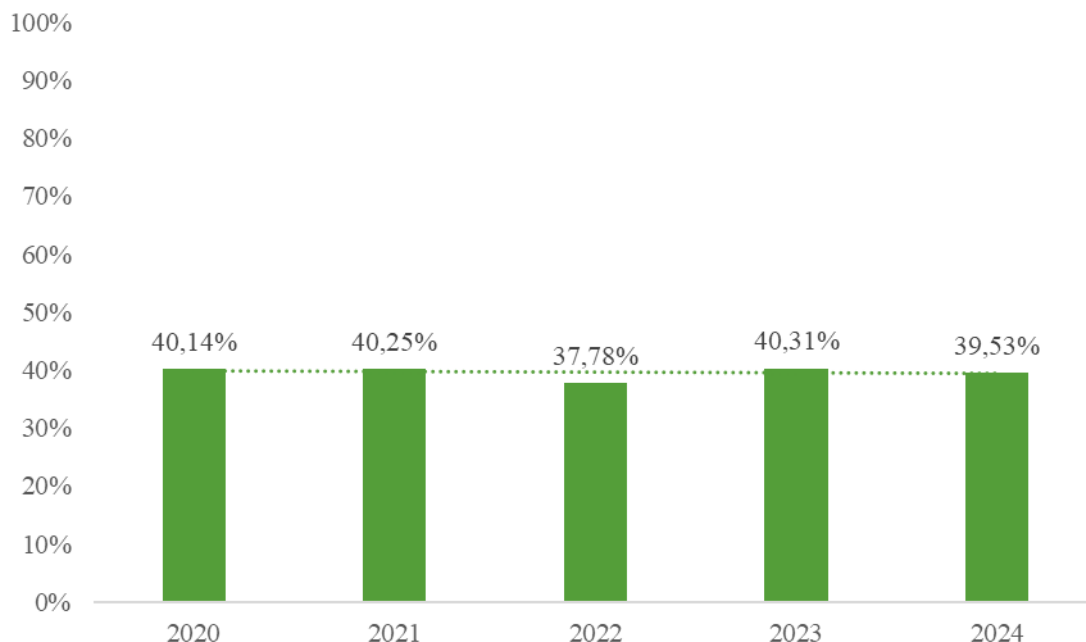
Estado	Piscinas olímpicas (2.500 m ³) diárias	Caixas d'água (750 L) diárias	População a ser atendida
Acre	27	90.983	154.671
Alagoas	126	419.862	1.135.780
Amapá	15	49.659	225.588
Amazonas	113	375.944	1.079.124
Bahia	260	867.295	3.275.339
Ceará	189	630.717	1.925.494
Distrito Federal	57	188.751	702.815
Espírito Santo	100	332.397	837.139
Goiás	88	292.157	1.362.035
Maranhão	191	637.980	1.254.817
Mato Grosso	101	335.842	846.244
Mato Grosso do Sul	52	171.693	560.501
Minas Gerais	419	1.395.923	4.240.074
Pará	171	568.378	1.482.693
Paraíba	79	264.711	667.365
Paraná	207	689.666	2.447.795
Pernambuco	221	737.407	2.366.804
Piauí	22	74.882	241.280
Rio de Janeiro	757	2.522.147	5.707.629
Rio Grande do Norte	81	271.396	793.482
Rio Grande do Sul	269	896.421	2.501.156
Rondônia	30	99.895	276.271
Roraima	36	120.454	243.049
Santa Catarina	155	515.210	1.718.467
São Paulo	1.019	3.395.655	10.847.610
Sergipe	77	258.129	800.988
Tocantins	23	76.926	292.531
Brasil	4.884	16.280.480	47.986.741

Fonte: SINISA (2024). Elaboração: GO Associados. Nota: a população potencialmente atendida é calculada considerando-se somente as perdas físicas, e uma redução das perdas totais de água na distribuição (IAG2013) até a meta de 25% definida na Portaria 788/2024.

CENÁRIO NACIONAL DE PERDAS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

O indicador mais comumente utilizado para a análise geral de perdas no país é o Índice de Perdas na Distribuição, que busca estabelecer uma relação entre a água produzida e a água efetivamente consumida nas residências. Considerando os últimos cinco anos, o valor de 2024, de 39,53%, é ligeiramente menor que o de 2020, de 40,14%, ambos significativamente superior à meta de 25%.

Quadro 4 – Evolução das Perdas na Distribuição no Brasil, 2020–2024

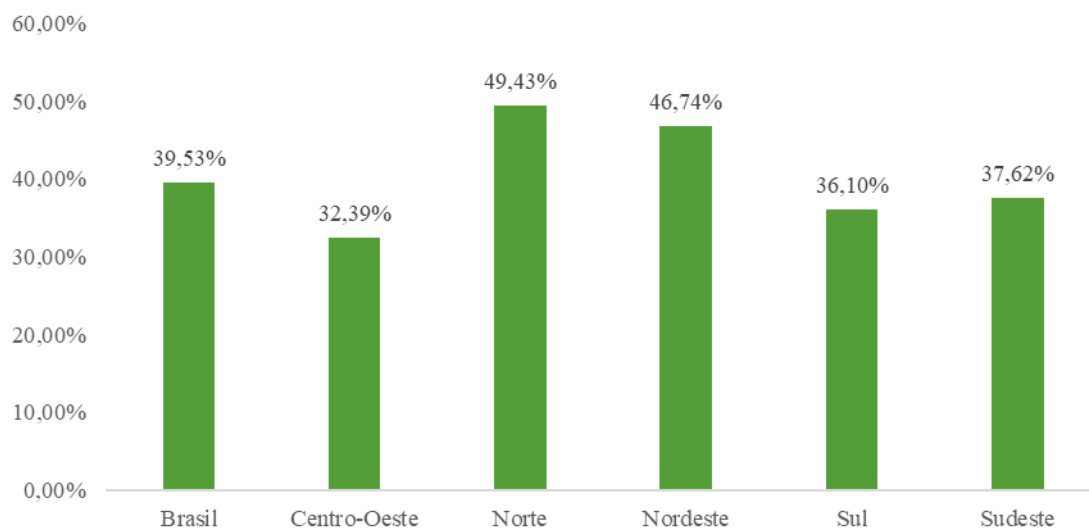


Fontes: SNIS (2020-2022); SINISA (2023-2024). Elaboração: GO Associados.

RECORTE POR REGIÃO

A situação de perdas no Brasil apresenta significativas diferenças quando se comparam suas diversas macrorregiões. É possível concluir que Norte e Nordeste são as mais carentes e que devem enfrentar os maiores desafios para reduzirem seus índices de perdas. Além disso, essas regiões também são aquelas que possuem os piores indicadores de atendimento de água, de coleta e de tratamento de esgotos.

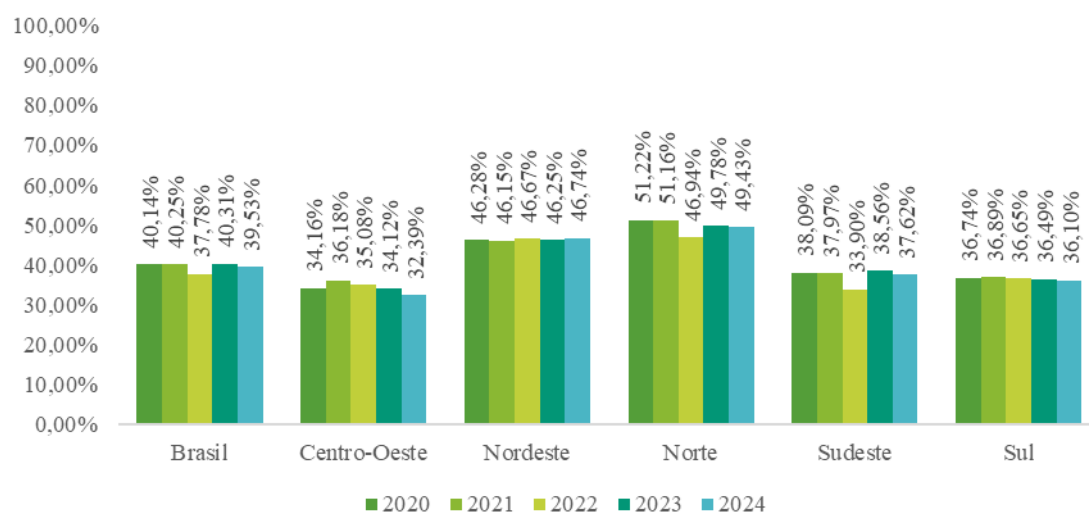
Quadro 5 – Perdas na Distribuição por Macrorregião Brasileira, 2024



Fontes: SINISA 2024. Elaboração: GO Associados.

De 2020 a 2024, a macrorregião que mais apresentou piora foi a Nordeste, com aumento de 0,46 ponto percentual. Por outro lado, observa-se melhora na macrorregião Norte, com redução de 1,79 pontos percentuais no mesmo período.

Quadro 6 – Evolução das Perdas na Distribuição por Macrorregião

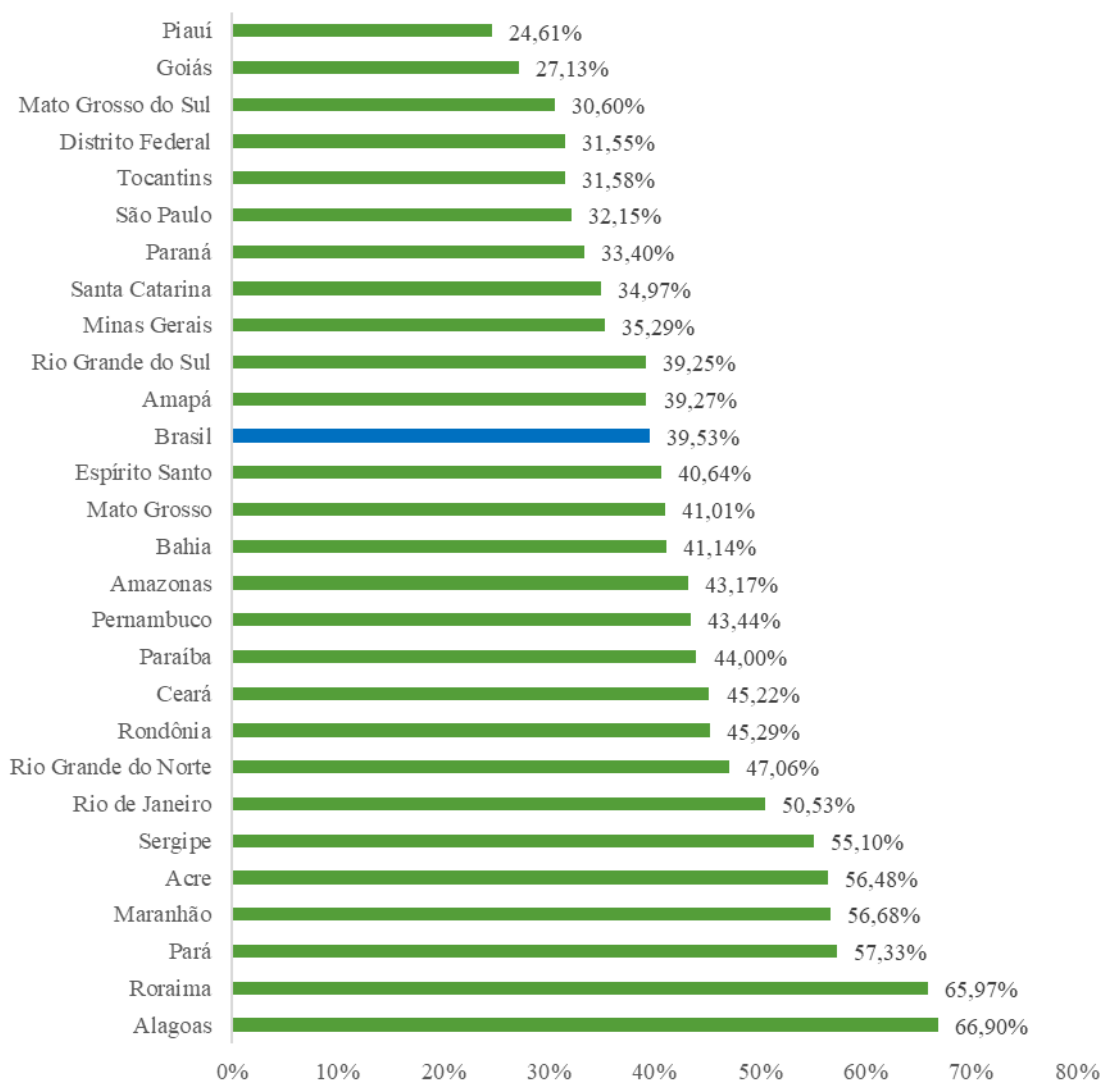


Fontes: SNIS (2020-2022); SINISA (2023-2024). Elaboração: GO Associados.

RECORTE DE INDICADORES POR ESTADO

A análise comparativa dos indicadores estaduais de perdas na distribuição evidencia a variação do desempenho entre as unidades federativas, identificando padrões regionais, diferenças estruturais entre os sistemas de abastecimento e potenciais implicações para a eficiência operacional dos prestadores. A leitura do indicador permite uma compreensão mais abrangente do estágio de controle de perdas no país.

Quadro 7 – Perdas na Distribuição por estado, 2024



Fonte: SINISA (2024). Elaboração: GO Associados.

A análise evidencia um padrão de maior ineficiência concentrado principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Estados como Alagoas (66,90%), Roraima (65,97%), Pará (57,33%),

Maranhão (56,68%), Acre (56,48%) e Sergipe (55,10%), apresentam níveis de perdas superiores a 55% do volume distribuído, significativamente acima da média nacional (39,53%).

Por outro lado, estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, como Goiás (27,61%), Mato Grosso do Sul (30,60%), Distrito Federal (31,55%), São Paulo (32,15%), e Paraná (33,11%) registram indicadores inferiores a 35%. Neste indicador, merece destaque o estado do Piauí, que possui a menor média entre os estados (24,61%), e Tocantins, com a quinta menor média entre as unidades da federação para este indicador (31,58%).

RECORTE PARA OS 100 MAIORES MUNICÍPIOS BRASILEIROS

O indicador médio computado na amostra foi de 35,56% em 2024, o que representa uma piora em relação aos 31,09% computados em 2023. Dos 99 municípios considerados, apenas 20 possuem níveis de perdas na distribuição menores que 25%. Os dados mostram ainda que 14 municípios têm perdas na distribuição superiores a 50%.

É possível observar uma forte concentração dos melhores desempenhos nos estados do Sudeste, que concentram 12 dos 20 municípios com menores índices de perdas na distribuição. Municípios como Suzano (1,27%) e Santos (5,35%), apresentam níveis significativamente inferiores à média nacional.

Quadro 8 – Melhores municípios em perdas de água

Município	UF	IAG2013 (%)	Classificação
Suzano	SP	1,27	1
Santos	SP	5,35	2
Goiânia	GO	11,45	3
São José do Rio Preto	SP	14,52	4
Limeira	SP	16,58	5
Campinas	SP	17,46	6
São Bernardo do Campo	SP	18,25	7
Taubaté	SP	19,08	8
Caucaia	CE	19,33	9
Teresina	PI	19,55	10
Niterói	RJ	19,90	11
Campo Grande	MS	20,69	12
São José dos Pinhais	PR	21,22	13
Vila Velha	ES	21,31	14
Uberlândia	MG	21,64	15
Petrópolis	RJ	22,28	16
Maringá	PR	22,78	17
Franca	SP	24,01	18
São Paulo	SP	24,46	19
Cariacica	ES	24,62	20

Fonte: SINISA (2024). Elaboração: GO Associados.

Por outro lado, os municípios com piores resultados estão majoritariamente localizados nas regiões Norte e Nordeste, com destaque para Parauapebas (PA), com 70,68%, e Maceió, com 64,05%. Além disso, outras cidades de diferentes regiões também apresentam perdas significativas, com destaque para Belo Horizonte, com 68,29% e Várzea Grande (MT), com 59,03%.

Quadro 9 – Destaques negativos no Índice de Perdas na Distribuição

Município	UF	IAG2013 (%)	Classificação
Rio Branco	AC	53,35	90
Salvador	BA	53,39	91
Ribeirão das Neves	MG	55,68	92
Santarém	PA	57,00	93
Boa Vista	RR	57,75	94
Belém	PA	58,96	95
Várzea Grande	MT	59,03	96
Maceió	AL	64,05	97
Belo Horizonte	MG	68,29	98
Parauapebas	PA	70,68	99

Fonte: SINISA (2024). Elaboração: GO Associados.

MUNICÍPIOS NOS PADRÕES DE EXCELÊNCIA

Conforme a já mencionada Portaria 788/2024, são considerados excelentes os municípios que contam com até 25% em perdas na distribuição e de 216 L/ligação/dia em perdas por ligação

Quadro 10 – Municípios com Padrões de Excelência em Perdas de Água.

Município	UF	IAG2013 (%)	IAG2015 (L/ligação/dia)
Suzano	SP	1,27	111,81
Santos	SP	5,35	101,22
Goiânia	GO	11,45	67,53
São José do Rio Preto	SP	14,52	110,41
Limeira	SP	16,58	113,11
Campinas	SP	17,46	125,23
Taubaté	SP	19,08	189,08
Teresina	PI	19,55	165,97
Campo Grande	MS	20,69	172,03
Petrópolis	RJ	22,28	113,16
Maringá	PR	22,78	152,42
Franca	SP	24,01	141,78

Fonte: SINISA (2024). Elaboração: GO Associados.

Somente doze dentre os 100 municípios mais populosos do Brasil atendiam às metas da Portaria 788/2024 simultaneamente em 2024, indicando haver um longo caminho a ser percorrido na busca pela redução das perdas de água.

RECORTE PARA AS CAPITAIS BRASILEIRAS

Apenas quatro das 27 capitais, Goiânia, São Paulo, Campo Grande e Teresina, apresentaram valores inferiores à meta de 25% estabelecida pela Portaria 788/2024. A média das capitais foi de 39,30%.

Quadro 11: Principais Indicadores de Perdas de Água das Capitais Brasileiras

Capital	UF	População total residente (IBGE)	Perdas totais de água na distribuição (IAG2013)	Perdas totais de água por ligação (IAG2015)	Piscinas olímpicas (2.500 m³) diárias	Caixas d'água (750 L) diárias	População a ser atendida
Goiânia	GO	1.494.599	11,45	67,53	10,00	33.326	0
São Paulo	SP	11.895.578	24,46	310,72	246,53	821.756	0
Curitiba	PR	1.829.225	33,76	420,06	51,41	171.359	190.931
Campo Grande	MS	954.537	20,69	172,03	13,73	45.768	0
Brasília	DF	2.982.818	31,55	320,52	56,63	188.751	163.986
Palmas	TO	323.625	29,42	179,19	5,56	18.540	11.586
Boa Vista	RR	470.169	57,75	817,17	20,48	68.281	183.576
Florianópolis	SC	576.361	37,35	518,46	14,36	47.880	64.549
Cuiabá	MT	682.932	53,28	804,23	33,68	112.272	239.082
Aracaju	SE	628.849	52,57	516,34	26,81	89.352	214.980
Rio de Janeiro	RJ	6.729.894	38,92	852,72	200,29	667.618	802.741
Belo Horizonte	MG	2.416.339	68,29	1.585,85	232,87	776.233	1.895.767
Salvador	BA	2.568.928	53,39	1.710,38	100,51	335.032	898.066
Fortaleza	CE	2.574.412	48,89	434,43	71,40	238.003	633.625
Vitória	ES	342.800	39,14	863,43	12,01	40.021	45.713
Teresina	PI	902.644	19,55	165,97	14,49	48.303	0
Porto Alegre	RS	1.389.322	46,60	845,22	62,16	207.213	332.589
João Pessoa	PB	888.679	44,22	420,72	23,64	78.808	158.886
Natal	RN	785.368	44,21	524,91	25,83	86.092	144.063
Recife	PE	1.587.707	44,20	775,89	56,71	189.033	256.660
Manaus	AM	2.279.686	45,25	693,03	80,71	269.033	472.265
Maceió	AL	994.464	64,05	890,50	44,35	147.848	553.956
São Luís	MA	1.088.057	30,28	435,99	23,30	77.676	41.568
Macapá	AP	487.200	37,84	755,44	9,12	30.405	34.062
Belém	PA	1.398.531	58,96	1.058,04	61,44	204.801	615.240
Rio Branco	AC	387.852	53,35	951,58	14,07	46.891	68.753
Porto Velho	RO	514.873	41,69	521,39	5,46	18.206	27.575
Total		49.175.449	39,30	547,63	1.517,55	5.058.501	8.050.219

Fonte: SINISA (2024). Elaboração: GO Associados. Nota: a população potencialmente atendida é calculada considerando-se somente as perdas físicas, e uma redução das perdas totais de água na distribuição (IAG2013) até a meta de 25% definida na Portaria 788/2024.

Estima-se que as capitais brasileiras percam anualmente cerca de 2,3 bilhões de m³ de água, dos quais aproximadamente 0,9 bilhão de m³ (40%) correspondam a perdas aparentes (comerciais), enquanto 1,4 bilhão de m³ (60%) refiram-se a perdas reais (físicas). Considerando-se apenas estas últimas, **o volume desperdiçado equivale a cerca de 1.517 piscinas olímpicas por dia, ou a mais de cinco milhões de caixas d'água de 750 litros.**

GANHOS ECONÔMICOS COM A REDUÇÃO DAS PERDAS DE ÁGUA POTÁVEL

Para calcular os ganhos econômicos ao país pela redução de perdas, o estudo apresentou uma análise de três cenários: o otimista, o realista e o pessimista. Cada um deles responde à média nacional do nível de perdas a ser alcançada em 2033: 15% (cenário otimista), 25% (cenário realista) e 35% (cenário pessimista).

Quadro 12 – Sumário dos Impactos de Redução das Perdas

Cenários	Perdas 2024	Perdas 2033	Redução Percentual	Ganho Bruto Total (R\$ 1.000)	Ganho Líquido Total (R\$ 1.000)
Otimista	39,53%	15,00%	62,05%	79.793.518	39.896.759
Realista	39,53%	25,00%	36,76%	47.264.566	23.632.283
Pessimista	39,53%	35,00%	11,46%	14.735.615	7.367.807

Fonte: SINISA (2024). Elaboração: GO Associados.

Tomando como referência o Cenário Realista, é possível constatar que existe um potencial de ganhos brutos com a redução de perdas de água de **R\$ 47,3 bilhões até 2033**. Caso sejam considerados os investimentos necessários para a redução de perdas, **o benefício líquido gerado pela redução de perdas é da ordem de R\$ 23,6 bilhões em 10 anos**.

CONCLUSÃO

A melhor gestão e eficiência nos sistemas de distribuição estão diretamente ligadas à universalização do saneamento básico. Combater as perdas é, antes de tudo, garantir o acesso pleno à água para todos os brasileiros, proteger os mananciais e responder aos efeitos das mudanças climáticas com a infraestrutura que o país já tem, mas ainda desperdiça.

O estudo evidencia que as perdas de água permanecem em níveis elevados no país. Em 2024, as perdas na distribuição foram de 39,53%, enquanto as perdas por ligação foram de 349,09 L/dia/ligação, valores significativamente superiores aos parâmetros de eficiência estabelecidos pela Portaria 788/2024, de 25% e 216 L/ligação/dia, respectivamente. As desigualdades regionais permanecem como um dos principais desafios para a universalização dos serviços de saneamento básico no Brasil, e as regiões Norte e Nordeste seguem concentrando os indicadores mais elevados de perdas de água.

Em uma realidade que já se faz presente, os efeitos das mudanças climáticas refletem em impactos diretos no acesso à água potável. A redução das perdas contribui para mitigar a necessidade de expansão de mananciais e aumenta a resiliência dos sistemas de abastecimento em um contexto de crescente pressão sobre os recursos hídricos. Além disso, menores níveis de perdas tendem a ampliar a sustentabilidade econômico-financeira dos prestadores, reduzindo pressões sobre tarifas futuras e liberando recursos para investimentos em expansão, manutenção e melhoria dos serviços.

Para tanto, é necessário priorizar essa agenda com a implementação de programas que unam eficiência e inovação e, consequentemente, acelerar o ritmo dos investimentos para que o Brasil atinja a meta de 25% em perdas na distribuição até 2033, conforme previsto pela Portaria 788/2024.

"Seguimos perdendo, a cada ano, água suficiente para abastecer populações inteiras, enquanto milhões de brasileiros ainda não têm acesso a esse recurso básico e essencial para a vida. Estamos falando de um volume capaz de atender 77 milhões de habitantes, número que representa mais de duas vezes a quantidade de pessoas sem acesso ao abastecimento de água no país. São casas que ficam sem abastecimento, rios que secam uma sobrecarga em todo o sistema de distribuição que recai, inevitavelmente, sobre os habitantes. Reduzir perdas de água é uma escolha de gestão que impacta diretamente a qualidade de vida da população e a saúde dos nossos mananciais, especialmente em um cenário em que as mudanças climáticas já pressionam a disponibilidade hídrica e tornam a eficiência no uso da água ainda mais urgente. Em um ano eleitoral, esse debate precisa chegar às propostas de saneamento integrado, porque não há universalização possível sem eficiência na distribuição da água que já produzimos." – analisa Luana Pretto, Presidente-Executiva do Trata Brasil.

"A redução das perdas de água deixou de ser apenas uma agenda de eficiência operacional no setor de saneamento básico e passou a ocupar um papel estratégico na adaptação climática dos municípios. Em um contexto internacional em que parte do setor privado e de governos tem abandonado compromissos ambientais, torna-se ainda mais importante fortalecer políticas públicas capazes de conciliar a expansão do atendimento às populações ainda sem acesso ao abastecimento de água e aos serviços de coleta e tratamento de esgotos com segurança hídrica e preservação ambiental. Nesse sentido, reduzir perdas significa utilizar de forma mais racional a água já captada e tratada, diminuindo a pressão sobre os mananciais, reduzindo custos operacionais e aumentando a resiliência dos sistemas de abastecimento frente a eventos climáticos extremos." – declara Gesner Oliveira, Sócio Executivo da GO Associados

Sobre o Instituto Trata Brasil

O Instituto Trata Brasil (ITB) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que surgiu em 2007 com foco nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país. Tornou-se uma fonte de informação ao cidadão para que reivindique a universalização deste serviço mais básico e essencial para qualquer nação. O ITB produz estudos, pesquisas e projetos sociais visando conscientizar o cidadão comum do problema e, ao mesmo

tempo, pressionar pela solução nos três níveis de governo. A proposta é que todos conheçam a realidade do acesso à água tratada, coleta e tratamento dos esgotos e busquem avanços mais rápidos. Para mais informações, acesse: <https://tratabrasil.org.br/>.

IMPRENSA:

Ivan Rocatelli - Supervisor de Comunicação

(11) 99623-4668

imprensa@tratabrasil.org.br

Isabella Falconier – Analista de Comunicação Pleno

painelsaneamento@tratabrasil.org.br